

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 209 – 26/07 à 30/07/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Publicada MP que recria Ministério do Trabalho e Previdência](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 28/07/2021

Foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira, 28 de julho, a Medida Provisória 1.058, de 27 de julho de 2021, que recria o Ministério do Trabalho e Previdência, que terá como titular da pasta Onyx Lorenzoni. O texto atribui à nova pasta competência sobre a elaboração de políticas e diretrizes para geração de emprego e renda, modernização das relações de trabalho e sua fiscalização, além de política salarial e registro sindical.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Pauta do plenário do STF em agosto inclui processos trabalhistas e direito de posse de terras indígenas](#)

Supremo Tribunal Federal - 27/07/2021

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) realizará no mês de agosto oito sessões para julgamento de processos, conforme [calendário](#) divulgado pelo presidente da Corte, ministro Luiz Fux, no final do primeiro semestre. Segundo a pauta divulgada antecipadamente, em agosto serão julgados processos sobre temas que vão desde a validade de convenções trabalhistas até direito de posse de terras tradicionais indígenas.

[Especialistas debatem história e avanços da Justiça do Trabalho nos últimos 80 anos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/07/2021

A Mesa-Redonda “Justiça do Trabalho: 80 anos - história, avanços e modernização digital” segue com as [inscrições abertas ao público](#). O filósofo e escritor Mario Sergio Cortella, o economista José Roberto Afonso e a presidente do TST e do CSJT, ministra Maria Cristina Peduzzi, vão debater a importância da Justiça do Trabalho na história brasileira e seus reflexos na economia, no mundo jurídico e na sociedade. O debate será conduzido pelo jornalista Heraldo Pereira.

[EPIs desempenham papel fundamental na luta pela redução de acidentes de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/07/2021

A história mostra que, desde o início da trajetória humana na Terra, o ser humano buscou formas de amenizar os riscos de suas atividades diárias. Quando se pensa em equipamentos de proteção individuais (EPIs), o mais comum é associar o seu desenvolvimento à revolução industrial. Porém, os EPIs surgiram muito antes disso. Os ancestrais humanos usavam, por exemplo, peles de animais para se proteger do frio e da chuva, bem como

objetos de proteção contra predadores, como pedras e lanças.

[Telefônica terá de indenizar atendente que tinha pausas para ir ao banheiro vinculadas a remuneração](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 26/07/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Telefônica Brasil S.A., em Maringá (PR), a pagar R\$ 5 mil de indenização por danos morais a uma atendente por utilizar programa de incentivo condicionado a restrição de pausas para ir ao banheiro. Além de serem contadas para fins remuneratórios, havia a divulgação de ranking pela empregadora. Para o órgão, a conduta da empresa violou a dignidade humana e os direitos mínimos trabalhistas da empregada.



Notícias do Executivo

[Inspeção do Trabalho atualiza dados do Tráfico de Pessoas](#)

Ministério da Economia - 29/07/2021

Na semana em que se comemora o Dia Nacional e Mundial do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (30/07), a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) consolidou informações sobre trabalhadores que foram resgatados de trabalho análogo ao de escravo relacionado a tráfico de pessoas em 2020. Os dados estão na plataforma de estatísticas e dados [Radar SIT](#) e foram compilados pela Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE/CGFIT/SIT) a partir da análise qualitativa dos relatórios de fiscalização elaborados pelos Auditores-Fiscais do Trabalho desde a vigência da Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016, que dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas.

[Enap lança levantamento inédito sobre normas regulatórias federais dos últimos de 70 anos](#)

Ministério da Economia - 28/07/2021

Brasil criou cerca de 94 mil normas regulatórias desde 1950, ou seja, foram publicados uma média de quatro normativos novos a cada dia. O setor da economia mais regulado no país é o de transporte: houve aumento de 80% no número de novas normas publicadas no período de 10 anos (2010 para 2020). Os dados são do [RegBR](#), plataforma online inovadora lançada pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) nesta quarta-feira (28/7). As informações estão divididas em 17 setores da economia, com o objetivo de fornecer subsídios para o aprimoramento, análise e monitoramento do ambiente regulatório no País.

[Brasileiros podem emitir Certificado Nacional de Vacinação via portal Gov.br](#)

Ministério da Economia - 28/07/2021

Os brasileiros que já tomaram as duas doses ou a dose única da vacina contra a Covid-19,

dependendo do imunizante utilizado, já podem emitir seu Certificado Nacional de Vacinação Covid-19 por meio do [portal Gov.br](https://portal.gov.br). Ao acessar o [ConecteSUS Cidadão](https://conecte.sus.gov.br), é possível visualizar na aba “Vacinas” o box com informações detalhadas sobre as doses recebidas. Quando a pessoa completa seu processo vacinal e o estado ou município onde tomou as doses informa à Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), é atualizado em sua Carteira de Vacinação Digital o campo para a emissão do certificado.

[Palestra aborda relação entre gênero, aposentadoria e sintomas depressivos](#)

Fundacentro - 26/07/2021

O segundo episódio do Ciclo de Palestras Relações entre Trabalho, Gênero, Aposentadoria e Saúde está disponível no [canal da Fundacentro no YouTube](#). A tecnologista da Fundacentro, Maria Engrácia de Carvalho Chaves, doutora em Saúde Pública com formação em Psicanálise, aborda como gênero, aposentadoria e sintomas depressivos se relacionam. O próximo encontro ocorre em 4 de agosto, às 18h, com o tema “Trabalho após a aposentadoria: Gênero e Precarização” e pode ser [assistido neste link](#).

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT pede suspensão de portarias do governo federal que alteram norma regulamentadora nº1](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/07/2021

O Ministério Público do Trabalho (MPT) ajuizou no dia 21 de julho ação civil pública com pedido liminar para que a Justiça do Trabalho suspenda a eficácia da Portaria 915/2019 e o início do vigor da Portaria 6.730/2020 do governo federal que alteram a Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1). A NR-1 contempla as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns a todas as NRs, além passar a dispor sobre o programa de gerenciamento de riscos ocupacionais. Segundo a instituição, as portarias impõem restrições ao rastreamento de riscos de adoecimentos e ocorrência de acidentes de trabalho em flagrante conflito com o princípio da redução dos riscos relacionados ao trabalho (CRFB/88, artigo 7º, inciso XXII). A instituição também pede a condenação da União em R\$ 84 milhões por danos morais coletivos em razão da supressão da obrigação de elaboração e implementação dos programas de prevenção e de promoção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras das microempresas e empresas de pequeno porte.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Minas Gerais é mais um estado a aprovar sanções legais a escravagistas](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 30/07/2021

Minas Gerais se tornou nesta quinta-feira, 29 de julho, mais um estado a aprovar sanções legais a empregadores que tenham sido condenados por reduzir pessoas à condição análoga à de escravos. De acordo com a [Lei 23.839/2021](#), publicada no Diário Oficial do estado, o Governo de Minas não poderá mais contratar como fornecedoras empresas cujos sócios tenham sido condenados pelo crime. A lei define que a pessoa jurídica que tiver sócio minoritário ou majoritário “condenado pela prática de crime de redução a condição análoga à de escravo” está vetada de ser contratada pela Administração Pública direta ou indireta. A regra atinge os condenados com sentença transitada em julgado e deixa de valer quando a pena for cumprida.

[Pulicada portaria que prorroga, para janeiro de 2022, o início de vigência de NRs que tratam de SST](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 26/07/2021

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia publicou no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 26 de julho, a [Portaria nº 8.873, de 23 de julho de 2021](#), que prorroga, para 3 de janeiro de 2022, o prazo de início de vigência dos seguintes normativos: - Norma Regulamentadora nº 01 ; - Norma Regulamentadora nº 07 ; - Norma Regulamentadora nº 09; e - Norma Regulamentadora nº 18. Bem como o início da vigência de subitens específicos da Norma Regulamentadora nº 37, aprovada pela Portaria MTb nº 1.186, de 20 de dezembro de 2018. (Processo nº 19966.101487/2020-19).

eSocial

Notícias do e-Social

[Ajuste no procedimento de informação do FAP no S-1005 - Versão S-1.0](#)

eSocial - 26/07/2021

Com o objetivo de suprir eventual falha de integração do eSocial com a base do FAP e, neste caso, permitir que o contribuinte possa informar o FAP correto, foi alterada a regra de validação do campo {fap} no evento S-1005. O procedimento padrão, na versão S-1.0, continua sendo o envio do evento sem a informação do FAP, exceto se houver processo que autorize o uso de coeficiente diferente do publicado. A partir do ajuste implantado em 26/07/2021, caso o sistema não encontre o FAP publicado para o CNPJ do estabelecimento informado, retornará uma mensagem de erro orientando para o reenvio do evento com a informação do FAP. Neste reenvio o FAP informado será aceito uma vez que não foi encontrado o FAP publicado para este CNPJ.

Outras Notícias

[Punições pelo uso indevido de dados pessoais começam a valer no domingo](#)

Agência Senado - 29/07/2021

A partir deste domingo (1º) entram em vigor os artigos 52, 53 e 54 da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Esses dispositivos tratam das multas e demais sanções administrativas que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) poderá aplicar a qualquer “agente de tratamento de dados” que infringir normas da LGPD, a [Lei 13.709/2018](#). Tanto os órgãos públicos, quanto as empresas privadas, poderão receber sanção pelo uso incorreto dos dados pessoais do cidadão.

[Sem gestação no momento da dispensa, Justiça nega reintegração de empregada](#)

Consultor Jurídico - 01/08/2021

Por constatar que a gestação teve início e foi descoberta após a projeção do aviso prévio indenizado, a 21ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro rejeitou a reintegração de uma empregada que alegava ter sido dispensada enquanto grávida.

[Empregador é condenado a pagar indenização por não recolher FGTS](#)

Consultor Jurídico - 31/07/2021

Agredir sem justificativa jurídica o patrimônio valorativo de uma comunidade é atitude que gera o dever de pagar indenização por danos morais coletivos. Assim entendeu a 11ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) ao condenar um empregador que não recolhia o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) desde 2014.

[Reconhecido vínculo de técnico contratado por PJ e intermédio de consultorias](#)

Consultor Jurídico - 30/07/2021

Por constatar pessoalidade, habitualidade e subordinação na prestação de serviços, a 2ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul (SP) reconheceu o vínculo de emprego entre a companhia de eletroeletrônicos e móveis Via Varejo e um técnico de informática, contratado por meio de “pejotização” e com intermédio de outras empresas.

[Juiz veta acordo que implicava renúncia de direitos trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 30/07/2021

A [Lei 13.467/17](#) (reforma trabalhista) introduziu na CLT os artigos 855-B a 855-E, que tratam do processo de homologação de acordo extrajudicial. Contudo, as normas não conferem a possibilidade de pagamento de verbas rescisórias fora do prazo legal, o que é disciplinado pelo artigo 477, parágrafo 6º, segundo o qual esse pagamento deve ser feito em dez dias a partir do término do contrato.

[STF reafirma uso da Selic e IPCA-E na correção das causas trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 30/07/2021

A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e a correção dos depósitos recursais em contas judiciais da Justiça do Trabalho devem ser feitas por meio da aplicação do IPCA-E, na fase pré-judicial e, a partir da citação, pela taxa Selic.

[Juíza aplica nova lei e ordena afastamento de empregada gestante, com salário integral](#)

Consultor Jurídico - 28/07/2021

A suspensão do contrato de trabalho, prevista na [Medida Provisória 1.045/2021](#), não é incompatível com o afastamento presencial da empregada gestante durante a crise de Covid-19, imposto pela [Lei 14.151/2021](#). Assim, a 11ª Vara do Trabalho da Zona Sul de São Paulo condenou uma drogaria a afastar imediatamente uma funcionária grávida das atividades presenciais, sem prejuízo de sua remuneração.

[TST afasta aplicação retroativa de limite à responsabilidade de sócio retirante](#)

Consultor Jurídico - 28/07/2021

O sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, mas apenas em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato. É o que prevê o artigo 10-A da CLT, inserido pela reforma trabalhista (Lei 13.467/17). Mas a 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho entendeu que a nova norma não pode retroagir e assim dificultar uma execução trabalhista. Dessa forma, restabeleceu a responsabilidade da ex-sócia de uma confeitaria pelos créditos trabalhistas devidos a uma ex-empregada. A decisão foi unânime, mas foi

apresentado recurso extraordinário, a fim de que o tema seja definido pelo Supremo Tribunal Federal.

[TRT-12 confirma justa causa de empregada que viajou a lazer durante quarentena](#)

Consultor Jurídico - 27/07/2021

Por constatar o ato de mau procedimento, a 3ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região validou a justa causa da dispensa de uma funcionária de supermercado de Brusque (SC) que entrou em licença médica por suspeita de contaminação pela Covid-19 e, em seguida, viajou para a cidade turística de Gramado (RS).

[Lei de Cotas, 30 anos, ainda “não pegou” e especialistas tentam entender o porquê](#)

Consultor Jurídico - 27/07/2021

A Lei de Cotas (Lei 8.213/91), que obriga empresas a reservar de 2% a 5% das suas vagas para pessoa com algum tipo de deficiência, completou 30 anos no último dia 24 de julho, mas ainda não conseguiu criar oportunidades para que todas as pessoas especiais sejam incluídas no mercado de trabalho.



Atos Normativos

[PORTARIA SEPRT Nº 8.873, DE 23 DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 26/07/2021 Seção I Pág. 75) - Prorroga o prazo de início de vigência das Normas Regulamentadoras nº 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais; nº 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO; nº 09 - Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos; e nº 18 - Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, bem como de subitens específicos da nº 37 - Segurança e Saúde em Plataformas de Petróleo. (Processo nº 19966.101487/2020- 19);

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.058, DE 27 DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 28/07/2021 Seção I Pág. 01) - Altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para criar o Ministério do Trabalho e Previdência, e dá outras providências;

[DECRETO DE 27 DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 28/07/2021 Seção II Pág. 04) – NOMEAR, ONYX DORNELLES LORENZONI, para exercer o cargo de Ministro de Estado do Trabalho e Previdência, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa;

[DECRETO DE 28 DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 29/07/2021 Seção II Pág. 01) – NOMEAR, BRUNO BIANCO LEAL, para exercer o cargo de Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Previdência, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa;

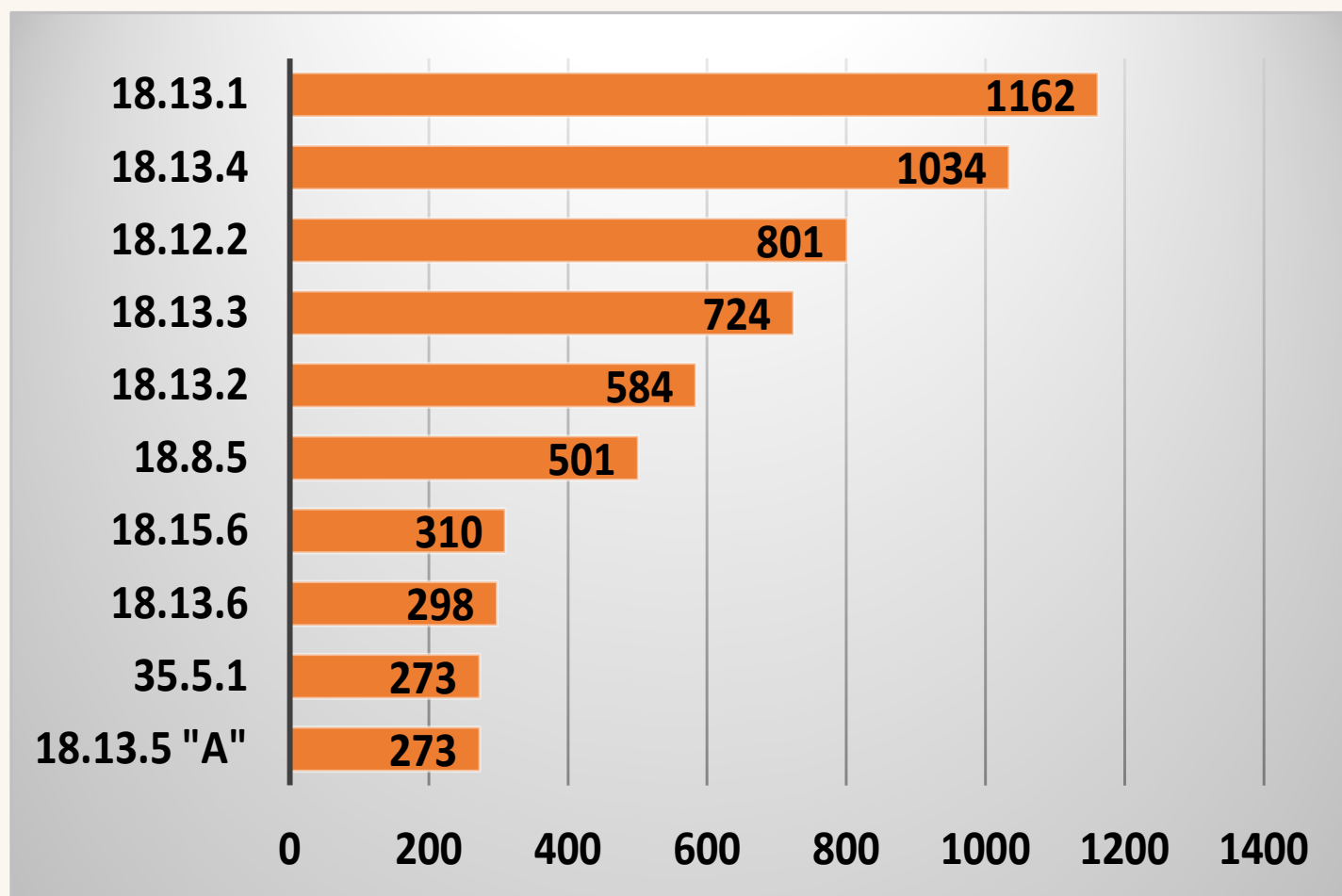
[LEI Nº 14.190, DE 29 DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 30/07/2021 Seção I Pág. 01) - Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, com comorbidade ou privados de liberdade;

[CIRCULAR CEF Nº 952, DE 29 DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 30/07/2021 Seção I Pág. 45) - Divulga a publicação da versão 13 do Manual de Orientações Regularidade do Empregador;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Embargo” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/mai):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Embargo: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades dos canteiros de obra da Indústria da Construção por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

18.13.4 É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

18.12.2 As escadas de uso coletivo, rampas e passarelas para a circulação de pessoas e materiais devem ser de construção sólida e dotadas de corrimão e rodapé.

18.13.3 Os vãos de acesso às caixas dos elevadores devem ter fechamento provisório de, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros) de altura, constituído de material resistente e seguramente fixado à estrutura, até a colocação definitiva das portas.

18.13.2 As aberturas no piso devem ter fechamento provisório resistente.

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.13.6 Em todo perímetro da construção de edifícios com mais de 4 (quatro) pavimentos ou altura equivalente, é obrigatória a instalação de uma plataforma principal de proteção na altura da primeira laje que esteja, no mínimo, um pé-direito acima do nível do terreno.

35.5.1 É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura. (NR)

18.13.5 A proteção contra quedas, quando constituída de anteparos rígidos, em sistema de guarda-corpo e rodapé, deve atender aos seguintes requisitos:

a) ser construída com altura de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para o travessão superior e 0,70m (setenta centímetros) para o travessão intermediário;

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula